

## O FUTURO QUE NOS ESPERA (1986)

Simon Schwartzman

Economistas do BNDES preveem taxas de crescimento da economia brasileira da ordem de 8 a 9% ao ano até a virada do século. Se isto for verdade, significa que a economia duplicará de tamanho mais ou menos a cada 8 anos. Cada vez que a economia dobrar, a dívida externa se reduzirá à metade em termos relativos, ficando portanto mais fácil de ser manejada. Nos últimos 15 anos o Brasil passou a ter uma população predominantemente urbana, através de um processo de migração para as cidades com consequências sociais extremamente graves. Mas o pico desta migração já passou, dizem os demógrafos, e de agora em diante é de se esperar que as cidades cresçam bem mais devagar, e por isto com condições de ir melhorando progressivamente a qualidade de vida de seus habitantes. O esvaziamento demográfico do campo também está deixando para trás, imperceptivelmente, a questão da reforma agrária. É claro que existem problemas muito sérios no campo ainda por serem resolvidos; mas o campo já não parece conter mais o nó górdio de nosso desenvolvimento econômico e social.

Este cenário otimista transmite a confiança de que o Brasil tem um forte potencial de crescimento, sem as perspectivas catastróficas que parecem se configurar para a maioria dos países latino-americanos. Mas não são favas contadas. A realização deste futuro depende muito da ação do governo, e esta, por sua vez, depende da natureza e do comportamento da Assembleia Constituinte que estamos elegendo hoje, assim como de nossos futuros governadores.

Existem algumas coisas bastante óbvias a serem feitas. O país precisa voltar a investir, e planejar o suficiente para haja energia, estradas, transportes, armazéns e todas as outras coisas requeridas por uma economia em marcha acelerada (a alusão a Antônio de Barros Castro não é, evidentemente, por acaso). Deve haver um trabalho intenso e sistemático de incorporação da população brasileira ao crescimento, em dois sentidos. Um, há que ter uma política de atendimento a necessidades básicas, na forma de atenção médica, saneamento, alimentos, etc.; é uma questão de justiça social e bom senso político. Dois, há que capacitar a população para que se integre de maneira produtiva à economia. As pessoas precisam de emprego, e a economia do trabalho de quem possa participar.

O Brasil das próximas décadas não poderá ser uma simples versão ampliada do que é hoje. As economias modernas requerem o manejo de tecnologias complexas e avançadas, grande capacidade

gerencial, e condições de estar presente e se orientar em um mercado internacional de grande volatilidade e interpenetração. Este tipo de competência só se adquire com um setor de ciência, tecnologia e educação superior de qualidade indiscutível, e com uma abertura constante e inteligente para o mundo maior do qual fazemos parte.

O Estado brasileiro tem que se adaptar a este processo. Precisa se tornar mais eficiente, desenvolver sua capacidade de pensar a longo prazo, levar serviços às populações que necessitam, orientar os investimentos para onde sejam mais produtivos, ter uma política corajosa a favor da qualidade e da competência na área da educação e da pesquisa científica. É fantasia acreditar que o país consiga crescer nas taxas que pode e de que necessita sem a participação ativa do Estado; mas não há de ser este Estado que aí está, corroído pela ineficiência e pelo clientelismo, que dará conta do recado. Transformações significativas deverão ocorrer, mas nada que não esteja a nosso alcance.

Existe uma diferença profunda entre política enquanto processo eleitoral e conquista do poder ("politics") e política enquanto processo de ação e tomada de decisões ("policy"). O processo político-eleitoral se faz pela agregação de um grande número de interesses individuais, setoriais e de curto prazo, e tem como regra fundamental não contrariar nenhum setor de onde possa surgir oposição ruidosa e má publicidade. A ação governamental, ao contrário, tem que partir do fato de que o interesse coletivo e a longo prazo dificilmente resulta da agregação dos interesses particulares e de curto prazo. O grande desafio dos regimes democráticos é encontrar um ponto de equilíbrio entre dois extremos, sem ficar o tempo todo na política eleitoreira, e sem partir para a ação autoritária que não toma em conta os interesses e a participação dos diversos setores da sociedade.

A sólida maioria que a Aliança Democrática deverá obter nas eleições de hoje poderá servir de base para uma Constituição que não se esfaça no atendimento de uma miríade de interesses particulares, e dar apoio ao governo para que ele de partida para as políticas econômicas, sociais e administrativas de longo prazo de que o país necessita. As eleições para os governos dos principais Estados nos advertem, porém, que o país não está imune aos riscos do populismo, cuja principal característica é justamente a perpetuação da política partidária e eleitoral no manejo de posições executivas. Em um regime democrático, populismo de um lado pode estimular populismo de outro, e neste processo a capacidade de ação do governo termina por ser destruída. Com o governo paralisado ou prisioneiro cativo das pesquisas de opinião, as projeções otimistas não se cumprirão, o país não passará pelas transformações de que necessita, e permanecerá por muito tempo ainda na vala comum do atraso e do subdesenvolvimento.